

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: POSSIBILIDADES E/OU LIMITES

Raquel Aparecida Souza – eraquelas@gmail.com – UFT/IFG

Raquel de Almeida Moraes - raquelmoraesbr@gmail.com - UnB

RESUMO. *O presente estudo teve como objetivo compreender a Educação a Distância (EaD), partindo da compreensão do conceito de educação em sua dimensão mais ampla, de modo a situar a EaD como um princípio educativo. A partir de um estudo bibliográfico e documental, levantou-se argumentos para uma discussão em torno de elementos favoráveis e contrários ao desenvolvimento da EaD, sendo as análises realizadas a partir de uma perspectiva crítica e dialética. Em relação aos argumentos favoráveis, destaca-se que existem importantes experiências que apontam possibilidades de uma formação emancipatória, que busca a transformação social dos indivíduos. Já em relação aos argumentos contrários, encontram-se aqueles que apontam impossibilidades de cursos na modalidade a distância construírem-se como espaços de formação emancipatória.*

Palavras-chave: *Educação a Distância. Princípio Educativo. Formação Emancipatória.*

ABSTRACT. *This study has as main goal the comprehension of Distance Education (DE), starting from the understanding of the education concept in it's wider dimension, in that way establishing Distance Education as an educational principle. Based on a bibliographical and documented study, questions were raised for a discussion about both favorable and contrary elements for the DE development, with the analysis based on a critic and dialectic prospection. When we consider the favorable arguments, we should highlight the existence of important experiences that point out possibilities for an emancipatory qualification that aims for the social transformation of the individuals. When we consider the contrary elements, we find those that point out the impossibilities that DE courses have on building themselves as spaces of emancipatory qualification.*

Keywords: *Distance Education. The Educational Principle. Emancipatory Training.*

Submetido em 08 de agosto de 2018.

Aceito para publicação em 29 de setembro de 2018.

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

1. INTRODUÇÃO

A Educação a Distância representa uma entre diversas políticas educacionais dos governos brasileiros, que tem sua presença mais intensificada a partir da expansão do uso das tecnologias. Sabe-se que ela vem sendo reafirmada como uma possibilidade para resolver problemas da educação, como o de expansão de vagas nas universidades e, sobretudo, para atender as demandas de formação de profissionais da educação.

No entanto, reconhece-se que, atualmente, com os grandes investimentos que o governo federal tem disposto para a produção e execução de cursos a distância, existem ocorrências de que seu uso tem respondido a modismos tecnológicos, o que compromete as possibilidades de uma formação emancipatória.

Nesse sentido, este estudo teve como objetivo compreender as características mais gerais a respeito da Educação a Distância (EaD) de forma a apreender suas possibilidades e limites, considerando-a como um princípio educativo. Para essa compreensão, foi realizado um estudo bibliográfico e documental de modo a obter elementos e características da EaD, partindo da compreensão do conceito de educação em sua dimensão mais ampla, sendo as análises realizadas a partir de uma perspectiva crítica e dialética.

Para melhor compreender esse movimento de discussão, o texto parte do apontamento de pressupostos teóricos e conceituais sobre a educação de forma geral e da Educação a Distância, aponta características mais gerais, destacando limites e possibilidades e também limites e impossibilidades da EaD como um princípio educativo.

2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

Os significados para o termo Educação a Distância (EaD) são variados, como destaca Belloni (2015). Mas, de forma geral, as tendências apontam sobre a ênfase que esses significados têm em torno do processo de ensino e aprendizagem centrado na perspectiva da distância temporal, no uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), nos modelos on-line, na aprendizagem focalizada no aluno, além de estar diretamente ligada aos paradigmas da sociedade contemporânea e suas demandas para formação de profissionais.

Para além dos significados e concepções encontrados em torno do assunto, concorda-se com Oliveira (2003) e Neder (2005), quando afirmam que a EaD é, antes de tudo, “educação”. Assim, antes de se pensar sobre a forma de organização de um projeto pedagógico para um curso, se presencial, semipresencial, modular, ou a distância, “é preciso pensar a respeito do significado que atribuímos à educação” (NEDER, 2005, p.78).

Nessa perspectiva, concebe-se a educação como uma prática democrática, ou seja, aquela em que, por meio da prática social, há a apropriação do saber historicamente produzido pelos homens. Paro (2002) argumenta que a educação “consiste na apropriação da cultura humana, entendida esta como aquilo que o

homem produz em termos de conhecimentos, crenças, valores, arte, ciência, tecnologia, tudo enfim que constitui o produzir histórico do homem” (p.16).

No mesmo sentido, Duarte (2008) e Saviani (1989) ressaltam que a educação é uma atividade especificamente humana cuja origem coincide com a origem do próprio homem e, portanto, deve ser pensada e desenvolvida na perspectiva da emancipação humana e intelectual.

É nessa compreensão da educação, em sua dimensão mais ampla, que também se concebe a EaD e, por esse motivo, ela também deve ser compreendida como um princípio educativo. Numa concepção democrática de mundo, e sendo a educação direito de todos, ela também precisa contribuir para a construção do sujeito humano-histórico. Trata-se de uma outra maneira pela qual o homem também pode se construir em sua historicidade, por meio do acesso à herança cultural.

Moraes e Pereira (2009) ratificam essa questão ao conceberem a educação “como formadora do ser humano, para além da perspectiva de capacitação de ‘recursos humanos’, de modo a que ela [...] contribua para a emancipação humana como um dos requisitos para o exercício da cidadania” (p.65). Dessa forma, a “Educação a Distância compartilha dessas mesmas finalidades” (p.65).

Moraes (2003), ao basear-se no princípio filosófico do diálogo, acredita que a EaD pode ser possível numa perspectiva crítico emancipadora:

[...] a educação é concebida como prática da liberdade, a superação é possível e a interatividade e a potencialidade em EaD seriam dadas por relações sociais dialógicas entre os professores, os sujeito-aprendizes e o mundo mediante o uso livre e libertador da palavra, caracterizada pelo amor, pela reflexão e pela ação. Por isso, deveríamos abraçar os projetos político-pedagógicos, nos quais o uso da palavra seja valorizado e estimulado, em detrimento dos programas ou pacotes de treinamento para algum tipo de trabalho, em que o uso da palavra é restrito aos seus objetivos de eficiência e eficácia, na busca de uma maior competitividade e lucratividade (MORAES, 2003, p.121).

Nessa perspectiva, acredita-se que os projetos para cursos na Educação a Distância, que tomam e vivenciam essas premissas e concepções, certamente buscarão utilizar meios e fins adequados para alcançar os objetivos de uma educação na perspectiva crítica e emancipadora, que priorize a formação dos indivíduos na sua dimensão humana.

2.1 Educação a Distância: limites e possibilidades

Importante lembrar que a EaD não é um fenômeno recente no Brasil, considerando os modelos de cursos desenvolvidos por correspondência, rádio e televisão, dentre outros. Contudo, é a partir da década de 1990 que ela vem adquirindo relevância social como uma modalidade de educação reconhecida e regulamentada por vários documentos legais, além de contar com as potencialidades das tecnologias como aliadas.

Sem pretender caminhar para os discursos modistas das tecnologias, não se pode ignorar que suas características e potencialidades vem sendo ampliadas. No entanto, interessa anunciar possibilidades para o desenvolvimento da EaD que focalize para as potencialidades de formação de indivíduos humanos e históricos.

Nesse sentido, concorda-se também com Oliveira (2003) ao apontar que

o que está em jogo é a criação de novas maneiras de (re) educar as pessoas, para lidar não exatamente com o aparato tecnológico, mas com as informações advindas desse novo tipo de saber ou propiciadas por ele. Esse contexto indica a necessidade de (re) pensar a educação, passando pelas formas de produzir, adquirir, transmitir e estocar o conhecimento, em que a formação se torne preponderante. Nessa formação deve ser incentivado o pensar e ativada a capacidade crítica, as quais, garantindo a produção do conhecimento, reafirmem as noções de ética e de solidariedade (p.33-34).

Se, por um lado, se faz necessário estar atento aos reflexos do rápido avanço das tecnologias e seus impactos na educação, também é necessário aprender a utilizá-las a favor do processo de ensino e aprendizagem que pode emancipar o homem, sem cair numa posição romântica de adotar a postura de dependência, subordinação ou de recusa das TICs.

Moraes e Pereira (2009) chamam atenção, pois, por mais que haja importantes possibilidades emancipadoras e democratizantes das tecnologias, há também “sérios riscos a considerar em relação à apropriação desses meios tecnológicos para fins mercantis e propagandísticos, que ferem os princípios éticos veiculando cursos massificados, de baixa qualidade, alienantes, impeditivos da formação profissional cidadã” (p.66).

A educação propiciada pela modalidade a distância certamente precisa utilizar recursos das TICs como ferramentas que podem auxiliar o processo educacional. Isso ocorrerá na medida em que elas sejam apropriadas nos projetos dos cursos e seus usuários (gestores, professores e cursistas) passarem a utilizá-las numa perspectiva democratizante da produção de conhecimentos.

É importante que os projetos de cursos explicitem suas propostas, e estas sejam executadas, por meio de metodologias em que o processo operacional das técnicas pedagógicas e dos processos de avaliação tenham mediação e diálogo constante. Assim, se faz necessário que a construção do material pedagógico, a gestão do curso, as possibilidades de convivência em ambientes virtuais, as dinâmicas com relação ao fator tempo e espaço, a realização dos encontros presenciais (quando houver), as parcerias do curso, dentre outras questões, estejam bem definidas e explicitem de forma clara a visão de homem que se deseja contribuir para formar.

Fiorentini (2009), preocupada com as questões pedagógicas do “aprender e ensinar com tecnologias, a distância e/ou em Ambiente Virtual de Aprendizagem” (p.137), destaca algumas questões que considera importantes e que podem auxiliar o trabalho docente nos cursos a distância

espera-se que as decisões docentes promovam participação ativa, compartilhada e cooperativa; criem oportunidades variadas e flexíveis de

negociação e construção de conhecimentos em ambientes presenciais e virtuais; utilizem um olhar prático-teórico aliado à força pedagógica da reflexão e observação da própria prática docente; exercitem metacognição e empatia nas tentativas de compreensão das necessidades de aprendizagem, facilidades, dificuldades e de modos de superá-las (FIORENTINI, 2009, p.137).

A partir das referências de Fiorentini (2009), Oliveira (2003) e Ramos e Medeiros (2009), é possível identificar algumas possibilidades para o desenvolvimento de cursos na modalidade a distância. As autoras apresentam subsídios filosóficos e metodológicos sobre a construção e desenvolvimento de cursos em ambientes de ensino e aprendizagem on-line, especificamente para os de formação de professores a distância, ressaltando que, de uma forma geral, é preciso uma ressignificação do conceito de aprender mediado por tecnologias.

Oliveira (2003) apresenta reflexões em torno das possibilidades e pertinência da EaD, especificamente para a formação continuada de professores. Discute sobre a nova dinâmica social em que a educação se situa com o desenvolvimento e implantação de TICs, da necessidade de ressignificação das maneiras de aprender e ensinar e de reeducar os indivíduos, ressaltando que as “potencialidades pedagógicas das TICs, na mediação da EaD, têm como eixo a construção do saber a distância, modificando-se assim o paradigma que traz o conhecimento como estado e não como processo” (p.34-35).

Nessa perspectiva, a autora aponta pelo menos duas razões nas quais acredita na pertinência dessa modalidade de educação para a formação de profissionais da educação, destacando que

Por um lado, visa atenuar as dificuldades que os formandos enfrentam para participar de programas de formação, em decorrência da extensão territorial e da densidade populacional do país e, por outro lado, atende ao direito de professores e alunos ao acesso e domínio dos recursos tecnológicos que marcam o mundo contemporâneo, oferecendo possibilidades e impondo novas exigências à formação do cidadão. (OLIVEIRA, 2003, p. 40).

Essas razões estão associadas à perspectiva de formação crítico-reflexiva e humanizadora dos indivíduos, pois ter oportunidade de formação, acesso e domínio de tecnologias, tem a ver com o direito de o indivíduo ter acesso e realizar sua formação, embora a autora também reconheça que essa pode não ser a única ou a melhor das oportunidades. Trata-se de mais uma possibilidade e espaço de formação, inicial ou continuada, que os profissionais têm “para refletir na/sobre sua atuação, (re)elaborando seus saberes iniciais num movimento de circularidade” (OLIVEIRA, 2003, p.42), dadas as características peculiares de aprendizagem a distância.

A autora argumenta que a mudança de paradigma é o “fio condutor da ruptura com o modo conservador/dominante de pensar e realizar a EaD e/ou qualquer modalidade de educação” (p.15). Dessa forma, tanto na modalidade presencial como na a distância, a formação de profissionais da educação deve ser pensada e executada buscando romper com os paradigmas conservadores e dominantes, pois, se eles não

mudarem, “as possibilidades de rupturas e avanços tornam-se insignificantes, mesmo com a adoção de sofisticadas tecnologias digitais” (OLIVEIRA, 2003, p.15).

Com relação ao fator “distância”, destacado por muitos críticos da EaD como sendo um problema crônico dos cursos nessa modalidade, Fiorentini (2009) reflete sobre a dicotomia em torno da questão da presença e da mediação tecnológica, uma vez que ela compreende que esse fator não é problema apenas dos cursos na modalidade EaD, pois, em cursos presenciais, embora se tenha a presença física de docentes e alunos, e todos se encontrem ao mesmo tempo e no mesmo espaço, pode haver uma total distância entre eles.

Dessa forma, Fiorentini (2009) compreende que essa questão não é o único que poderia gerar dificuldades com a qualidade da educação. Ela reconhece que a distância em si não deve ser obstáculo, mas ela deve ser ressignificada, pois “Os relacionamentos, inclusive os pessoais, independem da proximidade no espaço e no tempo já que se viabilizam por distintos meios de informação e comunicação” (p.148). Assim, para aperfeiçoar a educação mediada por tecnologias, é necessário investir nos processos de colaboração, relacionamento e diálogo mútuo e, para tanto, se deve “equacionar adequadamente locais, horários, calendários, presença, distância, linguagens de comunicação e meios tecnológicos [...] por meio de um sistema de trocas contínuo com a sociedade e seu desenvolvimento humano [...]” (p.17).

Esse sistema de trocas e diálogos é importante para o aperfeiçoamento do fator interação/mediação em cursos nessa modalidade, sobretudo os virtuais, pois como ressalta Fiorentini (2009), mesmo que os alunos tenham seus ritmos de aprendizagem e se organizem para realizar seus estudos no tempo cronológico que lhes convenha, eles sempre vão precisar do professor e de outros colegas na relação de ensino e aprendizagem, para melhor compreender os conteúdos, as atividades, as avaliações, a dinâmica do curso, para sanar dúvidas pedagógicas e técnicas quanto ao ambiente. Enfim, embora estejam distantes no espaço físico, para que haja qualidade na educação, é essencial o aperfeiçoamento desse processo comunicacional.

Ramos e Medeiros (2009) também argumentam que o processo de construção de conhecimento nessa modalidade de educação ocorre de forma diferente quando são utilizadas as linguagens mediatizadas pelas tecnologias. Ressaltam, no entanto, que, assim como na educação convencional, é preciso garantir que essas formas sejam significativas para professores e alunos, sendo aqueles considerados como mediadores e esses como os agentes autônomos de sua aprendizagem.

Os canais de interação devem estar “contextualizados e as nossas inserções devem estar baseadas na certeza de que somos apenas mediadores de conhecimento, pois é o sujeito autônomo que irá utilizar de todo seu conhecimento prévio e do que disponibilizamos para construir sua aprendizagem” (p.49).

Nessa perspectiva, é esperado que docentes e alunos aprendam a se relacionar constantemente e de maneira significativa a partir da mediação pedagógica nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, de forma que, como destaca Fiorentini (2009),

seja possível “superar a tradição verbalista na educação” (p.155), a partir da utilização de variadas estratégias comunicativas.

Trata-se, nesse sentido, do que Paro (2007) adverte sobre a função docente de propiciar condições adequadas para que o aluno queira aprender, e que aqui se utiliza para afirmar que, na EaD, o professor também precisa desenvolver meios adequados ao ensino mediado por tecnologias, de modo que possa auxiliar o aluno a querer aprender a distância. Dessa forma, a mediação pedagógica em curso on-line certamente depende da utilização das mais variadas ferramentas tecnológicas para promoção da interação pedagógica, sendo, portanto, utilizadas de forma coerente. Assim, alunos e professores têm o desafio tanto do acesso a esses recursos como, também, de saber utilizá-los na perspectiva da interatividade relacional.

Diante das reflexões apontadas, é possível compreender algumas características e possibilidades e também vislumbrar limites sobre a realização de cursos na modalidade a distância, quando a intenção da formação é contribuir com uma formação para a emancipação dos indivíduos.

2.2 Educação a Distância: limites e impossibilidades

É senso comum afirmar que a EaD se revela como uma potencialidade nas políticas educacionais do Brasil, no entanto, preocupam os estudos que apontam que, na forma como ela vem sendo desenvolvida no Brasil, ela tem representado uma forte estratégia dos Organismos Internacionais (OIs) para a mercantilização da educação, em especial para a educação superior.

Preti (1998) ressalta que, diante da conjuntura de avanço das tecnologias e da sua introdução na educação, a EaD parece ser uma alternativa viável, tanto com relação às exigências sociais e pedagógicas quanto a questão de estruturação física como uma alternativa economicamente viável. Nesse sentido, afirma o autor que “Ela passou a ocupar uma posição instrumental estratégica para satisfazer as amplas e diversificadas necessidades de qualificação [...] para a contenção de gastos nas áreas de serviços educacionais [...]” (p.7).

Na pesquisa de Borges (2002), destaca-se que a EaD tem sido assumida pelo Plano Nacional de Educação (PNE) como um elemento essencial no sistema educacional para atender às demandas de formação exigidas para o mercado de trabalho. A pesquisadora aponta que essa modalidade aparece como um “instrumento de democracia e emancipação” considerando suas possibilidades de alcançar alunos em todos os lugares, tempos e espaços, no entanto, ela chama atenção para um debate mais aprofundado para se apreender seus reais sentidos corporativos.

As pesquisas que relacionam o tema das políticas públicas para a formação de profissionais da educação por meio da EaD consideram o processo de expansão da educação superior, no qual ela representa uma das respostas dadas pelo movimento reformista educacional que se fortalece, sobretudo, a partir dos anos de 1990 no Brasil, no contexto da influência dos OIs e das políticas neoliberais.

É conhecido que muitas agências internacionais produzem discursos e consensos de modo a convencer países em desenvolvimento a realizar reformas administrativas e educacionais, tendo em vista proporcionar mudanças em que a educação possa garantir a formação de mão de obra qualificada para atender às novas demandas de produção capitalista, as quais requerem um novo modelo de ser humano, adaptável, flexível e competente.

Gomide (2010) postula que essas demandas exigem características de “flexibilidade, competitividade, excelência, desempenho, eficiência, autonomia e equidade” (p.109), as quais são as características que visam atender às necessidades do mercado de trabalho, conforme proposto pelo projeto neoliberal de educação

Na verdade, esse momento renovador fez parte de um [...] projeto neoliberal de educação [...] que acatava a intervenção de organismos multilaterais como a [...] (UNESCO), o Banco Mundial e [...] (CEPAL). Estes disseminaram um conjunto de ideias, orientações e recomendações essenciais para renovar o sistema educativo público e fazer o país ascender à economia de primeiro mundo. (GOMIDE, 2010, p.110).

Essas visões se apresentam como discursos, pois o que tem sido validado é uma formação que enfatiza o conhecimento pedagógico das técnicas de ensino em detrimento do conteúdo, como pontuaram Vieira e Moraes afirmando que o Banco Mundial (BM) “não considera o professor como insumo mais importante em sala de aula, colocando, antes dele, a biblioteca, os livros didáticos, entre outros” (2014, p. 4) e, nesse sentido, o interesse de formação está associado aos interesses do capital humano.

Malanchen (2008) também corrobora essa questão destacando que, embora documentos de OIs — como da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) — atribuam ênfase ao papel do professor para os processos formativos, as orientações são de que a formação docente seja por meio de cursos a distância e sugerem que “o fundamental são os meios e, como tal, a formação deve estar centrada no aprender a aprender a lidar com eles” (p.184). A autora aponta que o foco dos documentos desse OI está na busca de formação de habilidades e saberes considerando o progresso científico e tecnológico.

Silva Júnior, Kato e Santos (2010, p.36) também destacam que as reformas educacionais desenvolvidas no Brasil a partir dos anos de 1990 materializam-se no contexto de respostas às diretrizes dos OIs sob as orientações neoliberais, tendo em vista os compromissos assumidos pela agenda educacional, política e econômica do país a partir de compromissos realizados nas conferências e encontros internacionais, como em Jontien, Nova Delhi e Dakar, que demarcam “sua primeira expressão orgânica do movimento reformista mundial com o Plano Decenal de Educação para Todos, na esfera da educação” (p.46).

Esses autores analisam dois programas de Educação a Distância considerando a reforma do Estado brasileiro e da educação, em busca de respostas sobre as implicações teóricas, políticas e práticas do contexto vivido para a formação de professores por meio dessa modalidade. Assim, chamam a atenção sobre a dimensão

docente que a reforma produzira no núcleo estratégico do Estado. Segundo indicações do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), sinalizava-se que o professor e os dirigentes educacionais seriam os agentes centrais de mudanças para as pretensas reformas, considerando que os discursos oficiais justificavam sua realização afirmando que a gestão pública era ineficiente, rígida e burocrática e, portanto, necessitava ser alterada para se desenvolver por mecanismos mais flexíveis, modernos e eficientes de gestão.

Considerando que a “educação é uma esfera social de formação humana e, como tal, realiza-se no âmbito das relações sociais”, Silva Júnior, Kato e Santos (2010) apontam que a formação de professores desenvolvida por meio da EaD, nesse contexto mais amplo de ressignificação do papel do Estado e de reformas educacionais, parece “ênfatizar uma pseudoformação articulada a uma submissão política do Brasil aos organismos multilaterais” (p.47). Nessa perspectiva, esses autores pontuam que as políticas de formação parecem seguir a mesma racionalidade das reformas administrativas

A EaD põe-se como uma prática instrucional entre sujeitos, mediada por tecnologias de informação e comunicação com foco no processo de ensino-aprendizagem, num contexto tal em que a objetividade social apresenta um horizonte de possibilidades orientado pela racionalidade mercantil produzida pela mudança nas estruturas sociais, resultado do processo de reformas que se assistiu no país na segunda metade da década de 1990 (p.50).

Diferentemente das características anunciadas no item sobre a “Educação a Distância: limites e possibilidades” que se desenvolveu anteriormente, aqui autores como Silva Júnior, Kato e Santos (2010) e os outros destacados, não concordam que a EaD possa se desenvolver a partir de um princípio educativo e defendem que a “prática escolar deve ser presencial, se o objetivo for não somente a instrumentalização do ser humano, mas a elevação de sua condição de ser” (p.49).

Gomes (2010), também corroborando essa ideia, argumenta, a partir de uma reflexão teórica e filosófica, que a educação superior brasileira parece não saber qual sua função social, desenvolvendo mais um caráter performático, reduzindo sua finalidade a uma função pragmática e utilitária que é guiada “pelo investimento em determinadas áreas do conhecimento que possam promover, em nome do critério da utilidade e do lucro, o desenvolvimento técnico e instrumental da sociedade” (p.121). Nesse caso, a EaD e a formação de profissionais da educação por essa modalidade acompanham esse mesmo cenário.

Na concepção de Borges (2002), a Educação a Distância se apresenta como um álibi ao projeto neoliberal, tendo em vista que ela vem representando uma adaptação do sistema educacional ao mercado de trabalho quando os cursos, embora apresentem discursos de formação crítica e emancipatória, preocupam-se com uma formação em massa, guiam-se por orientações gerais para todos as regiões do país, considerando o público de forma homogênea e igual, oferecem materiais instrucionais e padronizados, dentre outras características que são justificadas pelo deslocamento da formação humana do campo social para o campo econômico.

No mesmo sentido, a pesquisa de Malanchen (2008), que tomou documentos da UNESCO para compreender a configuração da Educação a Distância no Brasil, demarca que a formação de professores por meio dela faz parte de um conjunto de diretrizes e consensos ideológicos, por sua vez fundamentados pela globalização e pela “sociedade do conhecimento”, que pretendem tornar esses profissionais flexíveis e controláveis para que aceitem as reformas.

Para Duarte (2008), a “Sociedade do Conhecimento” é uma ideologia produzida pelo capitalismo, é um fenômeno no campo da reprodução ideológica do capitalismo, “uma ilusão que cumpre determinada função ideológica na sociedade capitalista contemporânea” (página?). O papel desempenhado por esse tipo de sociedade é “enfraquecer as críticas radicais ao capitalismo e enfraquecer a luta por uma revolução que leve a uma superação radical do capitalismo, gerando a crença de que essa luta teria sido superada” (p.13).

3. CONCLUSÃO

Na reflexão desenvolvida, vê-se que existem argumentos favoráveis de que a Educação a Distância se apresente como uma modalidade de educação em que a educação desenvolvida possa se destacar numa postura emancipadora e possa contribuir para a formação e a transformação de novos indivíduos. Portanto, há possibilidades de que a EaD seja concebida e desenvolvida a partir de um princípio educativo.

Essa postura é a esperada tendo em vista que considera-se a EaD como educação e, como tal, seus princípios e sua função social devem ser os mesmos da educação na modalidade presencial; ou seja, por ser uma apropriação da cultura historicamente produzida, ela é objetivada de geração a geração a partir do processo de formação da individualidade, como coloca Duarte (2008) quando afirma que o indivíduo precisa apropriar-se dos resultados da história e fazer desses resultados os órgãos da sua individualidade.

No entanto, vemos argumentos contrários a essa visão de EaD, que tem sido enquadrada em modelos massificantes e que vem respondendo mais aos anseios do capitalismo. Essas visões mostram que a EaD, da forma como tem sido implantada e desenvolvida no Brasil, vem considerando como base de sustentação um referencial hegemônico pautado nas diretrizes da retórica da sociedade do conhecimento, do uso das tecnologias e necessidades de formação de mão de obra.

Esses argumentos e posturas fazem parte de visões de mundos diferenciados e se apresentam coerentes a partir de suas concepções. Considerando que fazem parte de uma totalidade, não podem ser entendidas de forma separadas e, portanto, questões essenciais devem ser levadas em consideração.

De forma geral, fica perceptível como a EaD interessa a muitos atores e instituições, considerando desde os educadores comprometidos com uma educação emancipadora, passando pelos alunos e profissionais que a veem como um direito, assim como as instituições privadas, os empresários e os próprios OIs. Para uns,

existem possibilidades de se desenvolver Educação a Distância com qualidade e com seriedade, mas para outros, dado que o interesse maior é o econômico e financeiro, a EaD se torna uma alternativa viável de formação de mão de obra.

REFERÊNCIAS

- BELLONI, M. L. **Educação a distância**. Autores Associados, 7 ed. Campinas, São Paulo, 2015.
- BORGES, R. M. R. Educação a Distância (ou a Favor da Distância?). **Inter-Ação**: Revista Faculdade de Educação da UFG, v. 27, n. 2, p. 1-54, jul./dez., 2002. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/1556>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. COMISSÃO DE EDUCAÇÃO; CULTURA; DESPORTO. **Plano Nacional de Educação**. Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2002.
- DUARTE, N. **Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões?** Campinas, SP: Autores Associados, 2008. FIORENTINI, L. M. R. Aprender e ensinar com tecnologias, a distância e/ou em 137 ambiente virtual de aprendizagem. In: SOUZA, A. M. de S. et al. (Org.). **Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR)**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2009.
- GOMES, L. R. EaD e a legitimação do saber técnico-científico na educação superior brasileira. In: SOUZA, D. D. L. de.; SILVA JÚNIOR, J. dos R.; FLORESTA, M. das G. S. (Org.). **Educação a distância: diferentes abordagens críticas**. São Paulo: Xamã, 2010.
- GOMIDE, A. G. V. Políticas da Unesco para formação de Professores no Brasil: uma leitura da desqualificação da educação brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, n. 11, p. 7, 2010.
- MALANCHEN, J. UNESCO: Políticas e estratégias para formação docente a distância no Brasil. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 32, p.1 79-199. dez. 2008.
- MORAES, R. A.; PEREIRA, E. W. A política de educação a distância no Brasil e os desafios na formação de professores na educação superior. **Seminário do Histedbr**. Eixo 2: História, políticas públicas e educação. 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.html>. Acesso em: 20 set. 2018.
- MORAES, R. de A.. Educação a Distância: aspectos histórico-filosóficos. In: FIORENTINI, L. M. R.; MORAES, R. de A. (Org.). **Linguagens e interatividade na educação a distância**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____. Educação, Trabalho e Novas Tecnologias na Educação a Distância: uma reflexão crítica. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 65, p. 103-112, 2015.
- NEDER, M. L. C. A educação a distância e a formação de professores: Possibilidade de mudança paradigmática. In: PRETI, O. (Org.). **Educação a Distância: sobre discursos e práticas**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

- OLIVEIRA, E. G. **Educação a Distância na Transição Paradigmática**. Campinas, São Paulo, Papyrus, 2003.
- PARO, V. H. Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 2002.
- _____. José Querino Ribeiro e o paradoxo da administração escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 561-570, set./dez. 2007.
- PRETI, O. Educação a Distância e Globalização: tendências e desafios. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 79, n. 191, p. 19-30, jan./abr. 1998.
- RAMOS, W. M.; MEDEIROS, L. A Universidade Aberta do Brasil: desafios da construção do ensino e da aprendizagem em ambientes virtuais. In: SOUZA, A. M. (Org.). **Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR)**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2009.
- SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnicidade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.
- SILVA JÚNIOR, J. dos R.; KATO, FABÍOLA, B. G.; SANTOS, S. A. **Políticas públicas para formação de professores a distância**: implicações políticas e teóricas. Educação a distância: diferentes abordagens críticas. São Paulo: Xamã, p. 33-52, 2010.
- VIEIRA, F. M. S.; MORAES, R. A.. As políticas brasileiras para formação de professores a distância, na sociedade capitalista. **Revista da Faculdade de Educação da UFG**. v.39, n.2. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/issue/view/1522/showToc>>. Acesso em: 20 set. 2018.